RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar eventuais faltas funcionais praticadas pela servidora registrada sob a Matrículas nº 999.482, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por infração, em tese, ao disposto no art. 177, inciso VIII; e pelo servidor registrado sob a Matrícula nº 999.1439, ocupante do cargo de Motorista, por infração, em tese, ao disposto no art. 177, incisos VI e VIII, todos da Lei Estadual n.º 5.810/1994.

II – DESIGNAR os servidores estáveis LUIZA TABOSA LOUREIRO LIMA, ALYSSON JOSÉ LEAL TRINDADE e VÍVIAN LOBATO ESCÓCIO DE FARIA, ocupantes do cargo de Analista Jurídico, para, sob a Presidência da Primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para atuarem neste Processo.

III – FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos. SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. Belém, 11 de maio de 2022.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 0292/2022-MP/SUB-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 114/2018-MP/PJ, de 12/1/2018, publicada no D.O.E. de 15/1/2018,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 056/2021/MP/CPADS, de 5/11/2021, protocolizado no "SIP" sob o nº 16540/2021, em 5/11/2021, a partir do qual foi instaurada Sindicância Administrativa Investigatória, por meio da PORTARIA nº 0640/2021-MP/SUB-TA, de 14/12/2021, publicada no D.O.E. de 17/12/2021;

CONSIDERANDO os termos da decisão proferida pela Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa, à fl. 314;

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994,

RESOLVE:

I – INSTAURAR Sindicância Administrativa Investigatória, objetivando o esclarecimento dos fatos praticados pelo servidor registrado sob a Matrícula nº 999.574, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Auxiliares; e pelo servidor registrado sob a Matrícula nº 999.943, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração.

II – DESIGNAR os servidores estáveis LUIZA TABOSA LOUREIRO LIMA, ALYSSON JOSÉ LEAL TRINDADE e VÍVIAN LOBATO ESCÓCIO DE FARIA, ocupantes do cargo de Analista Jurídico, para, sob a Presidência da Primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para atuarem neste Procedimento.

III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

Belém, 11 de maio de 2022.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 797016

PORTARIA Nº 0290/2022-MP/SUB-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA n.º 114/2018-MP/PJ, de 12/01/2018, publicada no D.O.E. de 15/01/2018,

RESOLVE:

ALTERAR o período de férias de servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

PROTOCOLO	NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO ANTERIOR	NOVO PERÍODO
121298/2022	BARBARA JASSE CUNHA GONÇALVES	2021/2022	03/10 a 01/11/2022	01 a 30/11/2022
116938/2022	KELLE CRISTINA FORTUNATO DA COSTA	2021/2022	18/07 a 16/08/2022	03/05 a 01/06/2022
121261/2022	LORENA BRITO CAMARA	2021/2022	24/05 a 22/06/2022	08/09 a 07/10/2022
120940/2022	LORENA THAIS NOGUEIRA PORTELA	2021/2022	04/07 a 02/08/2022	01 a 30/08/2022

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

BELÉM, 11 de maio de 2022.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 797017

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO 075/2021-MP/PA) DECISÃO

1. Trata-se de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 075/2022-MP/PA, promovido pelo Ministério Público do Estado do Pará, objetivando a aquisição de computadores e periféricos, para atender as necessidades do Departamento de Informática;

2. Os autos retornam a Procuradoria-Geral de Justiça, com a manifestação

do Pregoeiro designado para atuar no feito (fls.1184), informando que deixou de prestar informações em tempo hábil previsto no edital, a um pedido de esclarecimento requerido por uma das empresas licitantes do certame;

3. Explanou, que visando remediar a falta, decidiu suspender a sessão da licitação, para adoção da providência cabível, mas, o sistema eletrônico não registrou o evento "suspensão", ensejando que na data e horário marcados, a sessão transcorresse de forma automática, até a fase de lances;

4. Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica da PGJ, que expôs mediante o Parecer nº 128/2022-ASS/JUR/PGJ, em síntese, que em processos licitatórios, especialmente na modalidade pregão, é dever da Administração prestar esclarecimentos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, conforme previsto no art. 23, §1º do Decreto Federal nº 10.024/2019, no art. 23, §1º do Decreto Estadual nº 534/2020 e no subitem do 29.2.1 do edital, ensejando o descumprimento, além de violação aos normativos, inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a transparência, e ao interesse público, o que macula a regularidade do certame;

5. Na oportunidade, considerando as ilegalidades apontadas, a Assessoria PGJ alvitrou, com fulcro no art. 50 do Decreto 10.024/2019 e no subitem 28.1 do instrumento convocatório, a anulação do certame licitatório, e acrescentou, a desnecessidade de abertura de prazo de defesa para os licitantes, tendo em vista que a anulação ocorrerá antes da homologação e adjudicação;

6-Considerando a manifestação do Pregoeiro e as conclusões do Parecer Jurídico nº 128/2022-ASS/JUR/PGJ, é evidente o descumprimento da obrigação reportada, e também, a violação aos princípios da Licitação, normativos Federal e Estadual, e, ao instrumento convocatório, a motivar a declaração de nulidade do certame;

7-Diante do exposto, acolho as conclusões do Parecer nº 128/2022-ASS/JUR/PGJ, e com fulcro no art. 50 do Decreto Federal nº 10.024/2019 e no subitem 28.1 do edital, decido anular a fase externa do Pregão Eletrônico nº 075/2022-MP/PA;

8-Encaminhe-se os autos à Atividade de Licitações e Contratos, para providências.

Belém, 11 de maio de 2022.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 797373

PORTARIA N.º 027/2022-MP/CGMP

O CORREGEDOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que, a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público – art. 17, caput, da Lei n.º 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e art. 30, caput, da Lei Complementar n.º 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 17, I da Lei n.º 8.625/1993 e 37, II e 162 da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar correções e inspeções como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos Membros do Ministério Público; CONSIDERANDO a vigência do Provimento n.º 003/2021-MP/CGMP, que dispõe sobre a realização de correções ordinárias, extraordinárias e das inspeções pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará; CONSIDERANDO a necessidade de realizar correções ordinárias nas Promotorias de Justiça em cumprimento ao calendário de correções/inspeções previsto para o corrente ano e, ainda, visando o bom andamento das atribuições legais e institucionais desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Pará, RESOLVE:

I – DETERMINAR, nos termos do Provimento n.º 003/2021-MP/CGMP, a realização de Correção Ordinária, Orientação Funcional e Escuta Social, na Região Administrativa NORDESTE II (Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capitão, Poço, Garrafão do Norte, Irituia, Nova Timboteua, Ourém, Peixe-Boi, Primavera, Salinópolis, Santarém Novo, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Santa Luzia do Pará e Viseu), no período de 17 à 29 de julho de 2022;

II – DESIGNAR o Promotor de Justiça Assessor deste Órgão Correcional, Dr. JOSÉ HAROLDO CARNEIRO MATOS, para prestar assessoria na realização das atividades correcionais e demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, no período de 17 à 29/07/2022;

III – DESIGNAR a Promotora de Justiça Assessora deste Órgão Correcional, Dra. LEANE BARROS FIUZA DE MELLO para prestar assessoria na realização das atividades correcionais e demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, no período de 18 à 22/07/2022;

IV – DESIGNAR a Promotora de Justiça Assessora deste Órgão Correcional, Dra. VIVIANE LOBATO SOBRAL para prestar assessoria na realização das atividades correcionais e demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, no período de 25 à 29/07/2022;

V – DESIGNAR os servidores desta Corregedoria-Geral, para auxiliarem nos trabalhos inerentes aos atos de fiscalização, orientação funcional e escuta social, conforme os seguintes períodos: RENATA CRISTINA DE MA-